ISSN 2359-053x

ANO 6 - NÚMERO 83 - SET 2021

Xapuri SOCIOAMBIENTAL

R$ 15

CERRADO: DOR FANTASMA DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA

p. 08

ECOLOGIA
O veneno do dendê
p. 24

HISTÓRIA SOCIAL
Trombas: a guerrilha de Zé Porfírio
p. 32

SUSTENTABILIDADE
Júlio Lancellotti: o Gandhi do Brasil
p. 46

Nossa história é com os bancários, com você e pelo Brasil!

Por mais empregados para a Caixa e mais Caixa para todos os brasileiros

SAIBA MAIS ACESSANDO O SITE **WWW.FENAE.ORG.BR** E FAÇA PARTE DESSE MOVIMENTO

OU APONTE A CÂMERA PARA O QR CODE AO LADO

FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

> **É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera.**
>
> Paulo Freire

COLABORADORES/AS - SETEMBRO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. **Eduardo Galeano –** Escritor *(in memoriam)*. **Emir Sader –** Sociólogo. **Emir Bocchino –** Designer Gráfico. **Felício Pontes Júnior –** Escritor. **Gilney Viana –** Escritor. **Iêda Leal de Souza –** Professora. **Janaína Amado –** Pesquisadora. **Janaina Faustino –** Gestora Ambiental. **Juliana de Paula Batista –** Advogada. **Leonardo Boff –** Ecoteólogo. **Lúcia Resende –** Professora. **Roberta Brandão –** Jornalista. **Thiago de Mello –** Poeta. **Zezé Weiss –** Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

Jaime Sautchuk – Jornalista. **Zezé Weiss –** Jornalista. **Agamenon Torres Viana –** Sindicalista. **Ailton Krenak –** Escritor. **Altair Sales Barbosa –** Arqueólogo. **Ana Paula Sabino –** Jornalista. **Andrea Matos –** Sindicalista. **Ângela Mendes –** Ambientalista. **Antenor Pinheiro –** Jornalista. **Cleiton Silva –** Sindicalista. **Elson Martins –** Jornalista. **Emir Sader –** Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues –** Advogado. **Graça Fleury –** Socióloga. **Iêda Leal –** Educadora. **Iolanda Rocha -** Professora. **Jacy Afonso –** Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira –** Sindicalista. **Júlia Feitoza Dias –** Historiadora. **Kleitton Morais –** Sindicalista. **Kretã Kaingang -** Líder Indígena. **Lucélia Santos –** Atriz. **Maria Maria -** Cineasta. **Rosilene Corrêa Lima –** Jornalista. **Samuel Pinheiro Guimarães Neto -** Diplomata. **Trajano Jardim –** Jornalista.

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 8135 6822. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: 5.000 exemplares. Circulação: Revista Impressa - Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri. info. Distribuição – Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.

Mês passado fizemos nossa edição especial em homenagem ao Jaime, nosso editor e mestre, encantado no 14 de julho.

Foi um parto sofrido, mas estamos felizes, porque conseguimos honrá-lo do jeito Jaime de ser: com amor, compromisso e simplicidade. Agora que ele virou estrela, vamos adiante, seguindo a luz de nossa *amapari,* nossa estrela-guia.

No dia 10 de setembro, véspera do Dia do Cerrado (11/09), seria o aniversário do Jaime. Era desejo dele ter o Cerrado em destaque na Xapuri do mês 09. Era vontade dele ter o Altair, segundo Jaime "o mais sabido entre nós", assinando a capa da Revista de setembro. Assim foi feito.

Em "Cerrado: dor fantasma da biodiversidade brasileira", o Altair coloca o dedo na ferida sobre o destino do Cerrado. É uma matéria mais do que oportuna, especialmente neste setembro quente em que o nosso "berço das águas" sofre com mais de 30 mil focos de queimadas, a maioria fogo criminoso, provocado pela expansão da fronteira agrícola. Mais desmatamento, mais fogo, mais seca. E assim vai secando a caixa d'água do Brasil. Hora de refletir e de agir.

Jaime gostava de matérias curtas, de no máximo duas páginas. Desta vez contrariei o gosto dele um tiquinho e incluí na revista o voto do ministro Luís Edson Fachin contra o Marco Temporal, que ameaça levar nossos povos originários à extinção. Por razões de espaço, editei a compilação primorosa desse voto histórico, feita pela advogada Juliana de Paula Batista, do Instituto Socioambiental. Mas o essencial está aí, pra vocês.

E tem mais, muito mais, nas páginas da Xapuri 83, deste mês de setembro de 2021. Espero que gostem, curtam, comentem e compartilhem. Daqui pra frente, sem o dedo mágico do Jaime, fácil não vai ser, mas vamos seguir sonhando, vamos seguir lutando!

Boa Leitura!

Zezé Weiss – Editora

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

Jaime, por aqui tá tudireitim!
Lúcia Resende – Formosa – GO

Muito emocionada com essa linda revista (X82)
em homenagem ao meu paizinho!
Maria Rosa Sautchuk (filha de Jaime) – Brasília – DF

Que homenagem maravilhosa ao Jaime.
Perder um companheiro assim tão especial é de cortar o coração.
Mas, também, por ele, seguiremos em luta.
Júlia Feitoza Dias – Rio Branco – AC

Revista Xapuri

Imagem do mês

@revistaxapuri
@macrotake

Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

08 **CAPA**
Cerrado: dor fantasma da biodiversidade brasileira

21 **CONJUNTURA**
Golpe contra Dilma: virada decisiva na história brasileira

15 **BIODIVERSIDADE**
O bem-te-vi

22 **SAÚDE**
Palavras Yanomami sobre o tempo antes dos brancos

18 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
Por que as mulheres negras não podem parar de marchar

24 **ECOLOGIA**
O veneno do dendê

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

26 **HOMENAGEM**
Paulo Freire 100 Anos

28 **GASTRONOMIA**
Pão caseiro da roça

32 **HISTÓRIA SOCIAL**
Trombas: a guerrilha de Zé Porfírio

34 **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
Agronegócio: o vilão da crise climática

37 **POLÍTICA**
7 de setembro
O Brasil grita por Fora Bolsonaro

38 **RESISTÊNCIA INDÍGENA**
Marco Temporal, não: o voto "Fachin"

43 **MITOS E LENDAS**
Assim se fez e apareceu o milho

46 **SUSTENTABILIDADE**
Júlio Lancellotti: o Gandhi do Brasil

48 **UNIVERSO FEMININO**
As amazonas

Foto: divulgação

CERRADO: DOR FANTASMA DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA

Altair Sales Barbosa

Em pleno século XXI, encontra-se em suspenso o destino do Cerrado. Se as próximas décadas trarão sua ruína ou salvação, ainda não se pode dizer. Entretanto, embora sejam grandes as lacunas no nosso conhecimento, dispomos de informações suficientes para impedirmos uma degradação irreversível.

Mas o que se pode afirmar é que, enquanto o desejo de explorar o Cerrado tiver raízes estrangeiras, a possibilidade de criação de um programa racional de desenvolvimento será nula.

Por essas razões, a situação do Cerrado atualmente se assemelha ao fenômeno conhecido em neurologia como dor fantasma. As pessoas que são vítimas desse mal sofrem um duplo infortúnio. Elas, que perderam um membro, ou uma extremidade deste, sofrem dores às vezes muito intensas, como provenientes do membro que já não têm mais.

As discussões sobre o Cerrado se assemelham a tal situação, porque estamos sentindo as dores da perda de um ambiente que não existe mais, na plenitude de sua biodiversidade.

O professor Aziz Ab'Sáber classifica o Cerrado como um Domínio Morfoclimático e Fitogeográfico. Entretanto, o mais correto é correlacionar os diversos fatores que compõem sua biocenose e defini-lo como um Sistema Biogeográfico.

Um sistema que abrange áreas planálticas, que constituem o Planalto Central Brasileiro, com altitude média de 650 metros, clima tropical subúmido, com duas estações, uma seca outra chuvosa, solos variados e um quadro florístico e faunístico extremamente diversificado e interdependente.

O Cerrado exerceu papel fundamental na vida das populações pré-históricas que iniciaram o povoamento das áreas interioranas do continente sul-americano. Nesse espaço, essas populações desenvolveram importantes processos culturais que moldaram estilos de sociedades bem definidos, nos quais a economia de caça e coleta imprimiu modelos de organização espacial e social com características peculiares.

PROCESSOS CULTURAIS

Os processos culturais indígenas que se seguiram a esse modelo trouxeram pouca modificação à fisionomia sociocultural e, embora ocorresse o advento da agricultura incipiente, exercida nas manchas de solo de boa fertilidade natural existentes no Cerrado, a caça e a coleta, em particular a vegetal, ainda constituíam fatores decisivos na economia dessas sociedades.

Sem considerar a área do Parque Nacional do Xingu que, mesmo tendo alguns elementos do Sistema do Cerrado, pode ser considerado como parte integrante do Sistema Equatorial Amazônico, ou Trópico Úmido, e sem considerar também alguns povos que vivem em áreas disjuntas de Cerrado, como os Pareci e Nambikwara, a área contínua do Sistema do Cerrado dos Chapadões Centrais do Brasil apresenta uma população indígena atual de aproximadamente 46.118 habitantes, distribuída principalmente em terras do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e Mato Grosso do Sul.

Essa população engloba 26 povos com características culturais diferenciadas, cuja situação atual e fragmentação demográfica não refletem a importância que o espaço geográfico do Cerrado teve na sua fixação durante longos períodos, nem refletem a verdadeira história da ocupação deste espaço por tal população.

A partir do século XVIII, o panorama regional começou a sofrer sensíveis modificações, com o incremento da colonização, que se embrenhava pelo interior do país em busca de ouro, pedras preciosas e índios escravos.

Nesse contexto, e a partir dessa data, surgiram os primeiros aglomerados urbanos, e a exploração mais intensa dos recursos minerais, que começava a se incrementar, já provoca os primeiros sinais de degradação. Findo o ciclo da mineração, a economia do Cerrado permaneceu economicamente dedicada à criação extensiva de gado e à agricultura de subsistência.

Alguns desses modelos econômicos sobrevivem até os dias atuais, de maneira precária, em espaços localizados, e outros modelos mais

Foto: divulgação/ Gilberto Vieira

simples, baseados no extrativismo, ainda são adotados por populações caboclas, habitantes atuais de espaços definidos.

O isolamento que a região manteve em relação às áreas mais populosas e economicamente dinâmicas do Brasil, até meados da década de 1960, fez com que este quadro permanecesse basicamente inalterado, fato que a implantação de Brasília alterou consideravelmente, desestruturando os sistemas sociais implantados e causando entropias de ordem biológica.

O potencial agrícola que o Cerrado demonstrou, após o maciço financiamento de pesquisas pelo capital internacional, associado ao fato de ser uma das últimas reservas da Terra capaz de suportar, de modo imediato, a produção de grãos, a formação de pastagens e o desenvolvimento das técnicas modernas de cultivo, tem atraído recentemente grandes investimentos e criado modificações significativas, do ponto de vista da infraestrutura de suporte.

O fato da não existência de uma política global para a agricultura tem provocado o êxodo rural e o crescimento desordenado dos núcleos urbanos. Todos esses fatores, em seu conjunto, têm provocado situações nocivas ao meio ambiente natural e social.

SISTEMA BIOGEOGRÁFICO DO CERRADO

O Sistema Biogeográfico do Cerrado é limitado por uma série de complexas formas vegetacionais intermediárias que adquirem contornos específicos em direção à caatinga e outras configurações, em direção à Floresta Amazônica úmida.

O Sistema Biogeográfico do Cerrado não pode ser tomado como uma unidade homogênea, pois ostenta em seu domínio uma série de ambientes diversificados entre si, pelo caráter fisionômico e pela composição vegetal, solo, balanço hídrico, animal etc. Esses ambientes constituem os seus subsistemas. Sua compreensão é de fundamental importância para se entender o Sistema como um todo e o caráter da biodiversidade que ostenta.

O Sistema Biogeográfico do Cerrado é composto por seis subsistemas interatuantes, caracterizados pela fisionomia e composição vegetal e animal, além de outros fatores que, de modo geral, apresentam a seguinte organização: Subsistema de Campo; Subsistema de Cerrado; Subsistema de Cerradão; Subsistema de Matas; Subsistema de Matas Ciliares; Subsistema de Veredas e Ambientes Alagadiços.

Subsistema de Campo: ocupa as partes mais elevadas do Sistema, apresenta morfologia plana, regionalmente denominada chapadões ou campinas.

Subsistema de Cerrado *Stricto Sensu:* constitui a paisagem dominante do Sistema. Ostenta um estrato gramíneo, assim como nos campos, mas se diferencia destes, pela ocorrência de árvores de pequeno porte e aspecto tortuoso, o que se explica pela teoria do escleromorfismo oligotrófico.

Subsistema de Cerradão: é, fisionomicamente, mais vigoroso que o Subsistema do Cerrado. As árvores atingem de 10 a 15 metros de altura e os solos demonstram maior fertilidade natural. Não há um estrato gramíneo forte como no Cerrado, e as árvores são mais encopadas.

Subsistema de Matas: ocorre em manchas de solo de boa fertilidade natural que, às vezes, adquirem a configuração de ilhas, em meio a uma paisagem dominante de Cerrado, sendo conhecidas por capões e podendo formar áreas extensas, compactas e homogêneas.

Subsistema de Matas Ciliares: ocorre nas cabeceiras dos pequenos córregos e rios, acompanhando-os pelas suas margens em estreitas faixas.

Subsistema de Veredas e Ambientes Alagadiços: as cabeceiras de alguns córregos e rios são, às vezes, caracterizadas por ambientes alagadiços, decorrentes do afloramento do lençol de água ou ainda em virtude de características impermeabilizantes do solo. Nesse local, ocorrem as veredas, que são paisagens nas quais predominam os coqueiros buriti e buritirana, que geralmente se distribuem acompanhando os cursos d'água até a parte média de alguns rios, formando uma paisagem muito bonita.

Essa diversidade de ambiente é um fator muito importante para a diversificação faunística, permitindo a ocorrência de animais adaptados a ambientes secos e, também, a ambientes úmidos.

Da mesma forma, propicia tanto a ocorrência de formas adaptadas a áreas ensolaradas e abertas como favorece a ocorrência de formas ombrófilas. Esses fatores atribuem ao Sistema Biogeográfico do Cerrado um caráter singular, distinguindo-o pela variedade de formas vegetais e animais.

O Cerrado situa-se em um local estratégico entre os diversos Sistemas Ambientais brasileiros, o que facilita o intercâmbio florístico e faunístico. A partir do centro do país, a sua área estende-se de um extremo ao outro, de Mato Grosso do Sul ao Piauí, em seu eixo maior; e limita-se, para oeste, com a Floresta Amazônica, para o leste e nordeste, com a vegetação da Caatinga, sendo acompanhada ao sul e sudeste pela Floresta Atlântica.

Essas ligações favoreceram o delineamento de corredores de migração importantes, tanto por via terrestre como aquática. Algumas espécies animais do Cerrado são limitadas a determinados tipos de *habitats*. Os espaços são bem definidos, de acordo com a necessidade biológica de cada espécie. Esse condicionamento ao ambiente pode ser explicado pelo determinismo ambiental, imposto pela natureza por meio de recursos alimentícios, que condicionaram os animais especialistas a viverem em determinadas áreas, em função do hábito alimentar.

Um exemplo conhecido é o da espécie *Myrmecophaga tridactyla* (tamanduá-bandeira), que se alimenta basicamente de cupins terrestres e formigas, abundantes em campos abertos. Para o Cerrado, são apontadas 935 espécies de avifauna, distribuídas em diferentes *habitats* por todo o bioma. Quanto aos mamíferos, foram listadas 298 espécies, e 268 de répteis.

A maturação dos frutos e a rebrota das gramíneas, fonte principal de alimento de um grande contingente de fauna, não ocorrem de forma homogênea em todas as áreas do Cerrado.

A grande frutificação acontece durante os meses de novembro, dezembro e janeiro, época que coincide com o auge da estação chuvosa. A concentração desses recursos diminui, acompanhando o fim do período chuvoso. Entretanto, com exceção dos meses de maio e junho, considerados críticos no que se refere à oferta de alimentos, os demais meses que correspondem à época seca, mesmo em menor quantidade, apresentam alguns recursos, entre esses, flores, raízes, resinas e alguns frutos.

Os mamíferos do Cerrado podem ser observados durante todo o ano, principalmente os que vivem em áreas abertas. Todavia, a maior concentração dessas espécies em seus nichos alimentares se dá nos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro e janeiro. Essa época coincide com a rebrota das gramíneas, que, geralmente durante a estação seca, por ação natural ou antrópica, sofrem a ação do fogo.

Também é nessa época que ocorre a maturação dos frutos. Nesse mesmo período, acontece a revoada de insetos (mariposas e tanajuras), o que torna fartos os recursos para a fauna insetívora. Grande parte desses animais está se acasalando durante os meses correspondentes à estação seca. Isso significa que no período chuvoso estarão com filhotes. Essa dinâmica da natureza revela a estreita relação entre a flora e a fauna do Cerrado

Infelizmente, a cada ano que passa, aumenta a lista dos animais ameaçados de extinção total. A natureza dotou esta região de certos mecanismos naturais que garantem a multiplicação e a propagação das espécies. Existe uma estreita interdependência entre a fauna e a flora.

O fator biodiversidade animal está diretamente relacionado à diversidade de ambientes. Estes, por sua vez, relacionam-se à variedade de espécies

vegetais que se multiplicam sob a influência de fatores litológicos, edáficos e climáticos, de ordem regional e local.

A falta de uma política séria e baseada em princípios de conhecimento do ambiente tem colocado em risco todo o patrimônio natural dessa região, marcada por processos intensos de ocupação desordenada dos espaços. A política desenvolvimentista aplicada no Brasil, principalmente no Cerrado, que é considerado a última grande fronteira para a produção de grãos, tem levado muitas espécies da fauna à extinção e, consequentemente, alguns exemplares da flora, em função da sua interdependência.

Muitos animais da Megafauna (fauna gigante) já foram extintos dentro de um processo lento e natural, imposto pela evolução da natureza. Os animais modernos estão se extinguindo ou estão em vias de extinção, dentro de uma dinâmica proporcionada pela ação humana. Muitas dessas espécies não alcançaram nem alcançarão o seu clímax evolutivo, pois a velocidade dos processos de degradação é muito grande.

CUMEEIRA DA AMÉRICA DO SUL

O Cerrado é a cumeeira da América do Sul, distribuindo águas para as grandes bacias hidrográficas do continente. Isso ocorre porque na área de abrangência do Cerrado se situam três grandes aquíferos, responsáveis pela formação e alimentação dos grandes rios do continente: o aquífero Guarani, associado ao arenito Botucatu e a outras formações areníticas mais antigas, que é responsável pelas águas que alimentam a bacia do Paraná; e os aquíferos Bambuí e Urucuia.

O primeiro, associado às formações geológicas do Grupo Bambuí, e o segundo, associado à Formação arenítica Urucuia, que em muitos locais está sobreposto ao Bambuí, há até o encontro dos dois aquíferos, apesar de existir entre ambos uma grande diferença de idade. Os aquíferos Bambuí e Urucuia são responsáveis pela formação e alimentação dos rios que integram a bacia do São Francisco, Tocantins, Araguaia e outras, situadas na abrangência do Cerrado.

Esses aquíferos vêm se formando durante milhões de anos e, de pouco tempo para cá, não estão sendo recarregados como deveriam, para sustentar os mananciais. Isso ocorre porque a recarga dos aquíferos se dá pelas suas bordas nas áreas planas, onde a água pluvial infiltra e é absorvida cerca de 70% pelo sistema radicular da vegetação nativa, alimentando, num primeiro momento, o lençol freático e, lentamente, vai abastecendo e se armazenando nos lençóis mais subterrâneos.

Com a ocupação dos chapadões de forma intensa, que trouxe como consequência a retirada da cobertura vegetal e sua substituição por vegetações temporárias de raiz subsuperficial, a água da chuva precipita, porém não infiltra o suficiente para reabastecer os aquíferos. Com o passar dos tempos, eles vão diminuindo de nível, provocando, num primeiro momento, a migração das nascentes, das partes mais altas para as mais baixas, e a diminuição do volume das águas, até chegar ao ponto do desaparecimento total do curso d'água. Convém ressaltar que este é um processo irreversível.

De todos os grandes ambientes brasileiros, o Cerrado tem sido o que mais transformações vem sofrendo nos últimos anos. Não só mudanças das técnicas de produção, mas também profundas alterações culturais, que atingem o próprio sistema de vida das populações, desestruturando os valores e, muitas vezes, provocando um vazio.

Os antigos núcleos urbanos, quase todos originados em torno de atividades mineradoras, principalmente os do início do século XVIII, veem-se, de repente, transformados em polos regionais de inovações e agenciadores de "mudanças radicais" nos sistemas de relações, com seus inúmeros serviços, quase todos voltados para atividades agroindustriais e com preocupações imediatistas.

As criações de Goiânia e posteriormente de Brasília, paralelamente ao desenvolvimento do sistema viário e ao processo de modernização da agricultura, vieram contribuir com certa radicalização nas modificações dos fatores até então estruturados, rompendo em estilhaços seus traços mais tradicionais. Com a implantação do estado do Tocantins e a construção de sua capital, Palmas, veio uma nova "onda" de modificações significativas que já tiveram seus processos iniciais. Associa-se a esse fator inúmeros outros polos urbanos emergentes, que surgem como suporte ao novo modelo econômico implantado.

Até bem pouco tempo, as áreas do Sistema Biogeográfico do Cerrado não eram muito valorizadas nem procuradas para implantação de grandes atividades agropastoris. As suas partes mais intensamente ocupadas eram restritas ao Subsistema de Matas, ou seja, áreas florestadas que existem dentro do Sistema e que estão sempre associadas a solos de boa fertilidade natural. Por isso essas áreas foram as primeiras a receberem o impacto de uma degradação maior. Eram conhecidas como terras de cultura.

As demais áreas que constituem as maiores superfícies do Sistema, antes do advento das novas tecnologias de manuseio das terras, não favoreciam de imediato uma ocupação intensiva com o desenvolvimento de práticas agrícolas desenvolvidas.

Essas áreas, outrora ocupadas pelo criatório extensivo, tinham como suporte uma pastagem nativa, cujo teor alimentício estava condicionado

Foto: divulgação

à sazonalidade climática, o que obrigava os rebanhos a migrações longas, e, durante a estação seca, estes eram conduzidos para as "veredas", onde a umidade mantinha verdejante a pastagem mesmo no auge da seca.

Entretanto, essas áreas de veredas não ocupam grande extensão e, na época da estação chuvosa, em função de muitos fatores, não é propícia a ocupação por rebanhos. Na época chuvosa, o rebanho pode ser transportado para as áreas mais elevadas (campos e cerrado). Esse fator das migrações sazonárias é responsável por um sistema pastoril que exige grandes extensões de terras, que poderiam ser compradas, arrendadas ou simplesmente ocupadas na forma de posse ou "fechos".

Foto: divulgação

PAISAGEM TRANSFORMADA

Com a utilização do calcário para a correção da acidez do solo, a introdução do arado e de sistemas mecânicos de desmatamento, além da facilidade de irrigação, houve transformação dessas áreas, anteriormente impróprias para atividades agrícolas, em terras produtivas. Outrossim, a substituição das pastagens nativas por espécies estrangeiras modificou radicalmente o quadro pastoril.

Os impactos sobre o ambiente causados por esse novo modelo de ocupação são visíveis e podem ser caracterizados pelos itens seguintes:

- ✓ Empobrecimento genético;
- ✓ Empobrecimento dos ecossistemas;
- ✓ Destruição da vegetação natural;
- ✓ Propagação de ervas exóticas;
- ✓ Extinção da fauna nativa;
- ✓ Diminuição e poluição dos mananciais hídricos;
- ✓ Compactação e erosão dos solos;
- ✓ Contaminação química das águas e da biota;
- ✓ Proliferação de doenças desconhecidas etc.

Esses fatores em conjunto geram inúmeros outros que, por sua vez, funcionam como agentes de atração populacional e modificações significativas do ambiente. Como exemplo, temos a demanda de energia, que exige a formação de grandes reservatórios e usinas geradoras, criando inúmeras frentes de trabalho, diretas e indiretas, o que acarreta entropias de grande alcance natural e social.

Assim é que, no início do século XXI, encontra-se em suspenso o destino do Cerrado. Se as próximas décadas trarão sua ruína ou salvação, ainda não se pode dizer.

Embora sejam grandes as lacunas no nosso conhecimento, dispomos de informações suficientes para impedirmos uma degradação irreversível. O que se pode afirmar é que, enquanto o desejo de explorar o Cerrado tiver raízes estrangeiras, a possibilidade de criação de um programa racional de desenvolvimento será nula.

Por essas razões, a situação do Cerrado atualmente se assemelha ao fenômeno conhecido em neurologia como "dor fantasma". As pessoas que são vítimas desse mal sofrem um duplo infortúnio. Elas perderam uma extremidade ou parte dela. E sofrem dores às vezes muito intensas que sentem como provenientes do membro que já não têm mais.

As discussões sobre o Cerrado se assemelham a essa situação, porque estamos sentindo as dores da perda de um ambiente que não existe mais na plenitude de sua biodiversidade.

Altair Sales Barbosa - Doutor em Antropologia / Arqueologia. Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás. Pesquisador Convidado da UniEvangélica de Anápolis.

O bem-te-vi

Manoel de Barros

O bem-te-vi que me perdoe, mas há momentos matinais em que o seu canto chega a incomodar, repetindo com insistência que me viu, que me viu...

São muitos, um repete a cantiga do outro. Mas tudo é perdoável, pela beleza do peito amarelo e a raja branca que lhe vai do bico, passa entre os olhos e atravessa a cabeça.

É tremendamente machista: dá bicadas na fêmea em pleno voo, quando está louco por ela. Do que mais gosto nele é a valentia: investe furioso contra o gavião que lhe quer tirar os filhotes do ninho.

Não espera o ataque. Sai ao encontro do rapineiro, que encolhe as garras.

Thiago de Mello – Poeta. Escritor, em *Amazonas – Águas, Pássaros, Seres e Milagres.* Editora Salamandra, 1998.

Foto: divulgação

Foto: Ana Paula Sabino

POR NOSSOS POVOS ORIGINÁRIOS

POR SUA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA,

QUE NÃO COMEÇA EM 1988

POR SEU DIREITO À TERRA,

PATRIMÔNIO SAGRADO E ANCESTRAL

PELAS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS

MARCO TEMPORAL, NÃO!

BANCÁRIOS DF

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

POR QUE AS MULHERES NEGRAS NÃO PODEM PARAR DE MARCHAR

Roberta Brandão

Foto: Nay Jinkss/Amazônia Real

"Os nossos passos vêm de longe", repetem como um bordão as mulheres negras. Na região Norte, mais especificamente na Amazônia paraense, a luta de mulheres negras é uma longa jornada que nasce a partir de lideranças ancestrais e se mantém viva até os dias atuais.

Maria Felipa Aranha, liderança de um dos maiores quilombos do Brasil, o Mola, localizado em Cametá, nordeste do Pará, certamente foi uma das pioneiras. Na frágil documentação sobre o protagonismo das mulheres na maior revolução popular do país, a Cabanagem, surge o nome de outra Maria, Lira Mulata.

As erveiras da Feira do Ver-o-Peso, mulheres negras, afroamazônidas, remanescentes dos povos originários, que usam a tecnologia de seu povo como uma espécie de contrapoder, se somam nessa caminhada. Assim como as militantes do Centro de Estudos do Negro do Pará (Cedenpa), associação composta 75% por mulheres negras, que combate o racismo há mais de quatro décadas.

Relembrar as Marias e tantas outras lideranças já se tornou uma tradição da Marcha das Mulheres Negras Amazônidas, que ocorre em Belém. Uma vez por ano elas saem às ruas da capital paraense para marcar os muitos passos longínquos e resistentes da caminhada de outras mulheres negras. Na sexta edição da marcha, foi o momento de celebrar as conquistas, mas também de lutar pela garantia de direitos básicos.

A marcha anual em 25 de julho é uma alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. A importância da data surgiu em 1992, durante o 1º Encontro de Mulheres Negras, na República Dominicana. E, no Brasil, a data celebra também o Dia Nacional de Tereza de Benguela, líder quilombola que resistiu à escravidão.

Neste ano, a marcha pôde voltar a ser presencial, ao contrário de 2020, quando precisou ser virtual, por conta do momento de maior gravidade da pandemia do novo coronavírus. A satisfação de poder se reunir animou as cerca de 100 mulheres nas ruas e 20 na organização.

Com máscaras PFF2 e álcool em gel, elas iniciaram a concentração da marcha no Quilombo da República (QR), um espaço preto simbólico. "A presença do QR, enquanto território de negritude, é importante. Belém tem poucos espaços de negritude, a implementação do QR naquele espaço que, simbolicamente, pela historiografia, seria um antigo cemitério das pessoas escravizadas. A presença do QR é uma forma de demarcar o direito à cidade e a presença do território da negritude, por vezes, incomoda", explica Maria Malcher, militante do Cedenpa há 11 anos.

O QR da República é um espaço de empreendedorismo e de manifestação da cultura afro. Atualmente, é um espaço que acolhe o coletivo de mulheres negras empreendedoras, Pretas Paridas. São mais de 18 empreendimentos de

mulheres pretas, que vão desde tecidos vindos do continente africano até marcas autorais com designers amazônicos.

A LUTA NACIONAL PARAENSE

Na capital paraense, a Marcha das Mulheres Negras Amazônidas foi iniciada em 2016. A partir da articulação da juventude do Cedenpa com a Rede Fulanas – Negras da Amazônia Brasileira (NAB), uma rede composta por 250 mulheres negras, com as presenças de representantes dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Tocantins e Rondônia e da Amazônia maranhense. Mas os passos iniciais da organização dessa marcha foram iniciados um ano antes, em Brasília, quando cerca de 20 mil mulheres negras e não brancas invadiram a Esplanada dos Ministérios lutando por políticas públicas.

A proposta dessa articulação pioneira de mulheres negras no âmbito nacional, que resultou na Primeira Marcha de Mulheres Negras, partiu da intelectual preta paraense Nilma Bentes. "A luta das mulheres negras fica imprensada entre o racismo do feminismo branco e o machismo do movimento negro", explica Nilma, que nasceu em um bairro periférico de Belém e é uma das fundadoras do Cedenpa e cofundadora da Rede Fulanas.

Na verdade, a Marcha das Mulheres Negras foi proposta por Nilma Bentes algum tempo antes, em novembro de 2011, em um evento internacional que ocorreu na Bahia. Segundo a professora-émerita da Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA), militante do movimento negro desde 1980, Zélia Amador de Deus, o mais importante no episódio da realização da Marcha das Mulheres Negras foi o processo de articulação que antecedeu o ato.

"O momento preparatório da Marcha abriu a oportunidade do encontro. Ativou a participação das mulheres negras do Norte. Foi um período muito frutífero. Fui ao Amazonas, no Amapá. Até hoje, existem grupos criados nesse período que se mantêm ativos", explica Zélia.

Bianca Alves, que esteve na Marcha Nacional em 2015, no Distrito Federal, agora, em Belém, no ano de 2021, segura nos braços a filha Zola Ayana Nzinga, de 7 meses. Trancista há 12 anos, integra o Cedenpa e o Pretas Paridas.

À Amazônia Real, ela afirma que foi simbólico participar da Marcha acompanhada da filha. "Nossos passos vêm de longe e vamos fazer com que as nossas dêem continuidade nisso, que é a sobrevivência, a nossa luta diária, mas também esse encontro, onde tem troca de afeto, fortalecimento emocional, psicológico, afetivo e financeiro", diz Bianca, enquanto se equilibra entre trabalhar, alimentar e trocar a fralda da pequena, com auxílio do companheiro.

O objetivo da Marcha é o de dar o protagonismo para as mulheres negras, e uma das formas é lutar pela visibilidade.

Dentro do próprio movimento negro nacional, por vezes não se reconhece a negritude amazônica por causa da aproximação de território com a população indígena, explica Maria Malcher. Várias questões, assim, atravessam a Marcha, e uma delas é o racismo. "A gente não quer ser apenas cota, até porque a gente tem um modo de vida muito peculiar. A nossa negritude é diferente da do Rio Grande do Sul", afirma. Ela considera um privilégio as mulheres negras amazônidas terem contato direto com mulheres indígenas.

Segundo o último Censo publicado no ano de 2010, são 97.348.308 mulheres vivendo no Brasil, sendo que 27,8% delas são negras. Mas na região Norte, elas somam 7.859.539 de mulheres, ou seja, 72,6% são mulheres negras. O Pará tem uma população feminina de 4.024.244 de mulheres negras (40,3%).

Para a professora Joana Chagas, a categoria raça é uma invenção do colonizador. "Isso é uma questão política do estado racista baseado no mito da democracia racial. Ajudado por Gilberto Freyre, através da criação de um imaginário de uma relação amistosa entre o negro da senzala com as pessoas da Casa Grande", afirma, para acrescentar: "São lógicas criadas que não permitem a emancipação desse sujeito racializado. Essa coloração diferenciada vai surgir não por conta de um cruzamento, mas devido à variabilidade humana. Como os colonizadores queriam criar uma categoria humana estabeleceu-se essa ideia de mestiçagem".

No Brasil, o Censo adota a categoria pardo. "O colorismo é muito senso comum e não nos ajuda em nada. Foi a hegemonia que criou esse elemento identitário dentro da variabilidade humana", avalia a professora.

OS 41 ANOS DO CEDENPA

Em 10 de agosto, o Cedenpa comemorou 41 anos de sua fundação, sendo que pouco mais de duas décadas de sua existência foi atuando num bairro periférico da capital do Pará. A entidade já teve 60 militantes, dos quais 75% são mulheres. Atualmente, são 8 pessoas na coordenação, todas mulheres. Do Cedenpa, saíram nomes relevantes para o movimento nacional de mulheres negras, como a professora Zélia Amador de Deus, a engenheira agrônoma Nilma Bentes, a coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena do IFPA (Neabi), Maria Malcher, e a doutora em educação, Joana Chagas.

"Há 41 anos, a gente trabalha propondo políticas públicas para a eliminação do racismo através de políticas que envolvam a saúde, o meio ambiente, a área da cultura. Trabalhando com quilombolas e, particularmente, com as mulheres negras", explica a professora Zélia. O Cedenpa faz parte da Articulação Nacional de Mulheres Negras (AMNB) e há mais de uma década promove o Encontro das Mulheres Quilombolas do Pará.

A associação tem atuação marcante no Legislativo, tendo participado ativamente pela inserção dos artigos 68 e 322 para a regularização das Terras Quilombolas. Na década de 1980, o Cedenpa organizou os encontros de Comunidades Negras Rurais e, posteriormente, de mulheres negras quilombolas. Até 2010, a entidade era organizadora deste evento, que passou depois a ser co-organizado com a das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungo).

Foi no Pará, no alto Rio Trombetas, que a primeira comunidade de remanescentes de quilombos recebeu o título coletivo e definitivo de suas terras, em 1995. Das 178 comunidades quilombolas no Brasil, 62 foram reconhecidas no Pará. O maior quilombo titulado do Brasil é o da comunidade de Cachoeira Porteira, em Oriximiná (PA). No Marajó, apenas em Salvaterra, 18 quilombos são titulados e ligados à coordenação da Malungo.

"Sempre houve resistência. Quando a população não servia mais ao colonizador, quando as tecnologias dessas populações não serviam mais ao capital, elas se insurgem. Quilombo vem de África, mas aqui tem proporções gigantescas por que junta esse povo da floresta, dos terreiros e das sociedades urbanas", lembra a professora Joana Chagas.

Os esforços do movimento de mulheres negras no Pará foram refletidos nas últimas eleições. Quatro mulheres negras foram eleitas. Uma deputada federal, Vivi Reis (Psol), e as vereadoras Lívia Duarte (Psol), Bia Caminha (PT) e Enfermeira Nazaré (Psol). De acordo com a Organização Mulheres Negras Decidem, apenas 5% das vereadoras eleitas no Brasil são negras. No Pará, 9,5% das vereadoras são negras – o estado ficou à frente da Bahia, que elegeu 8% de mulheres negras vereadoras.

As ações do movimento negro em despertar o orgulho e a consciência racial na população brasileira, através de políticas públicas, parecem estar surtindo efeito. Houve aumento de pessoas se declarando negras no último Censo, em 2010. Segundo um estudo apresentado pelo IBGE, de 2012 para 2018 houve aumento de 32% da população se declarando preta.

AS LUTAS DAS MULHERES NEGRAS

O estudo liderado pelo Departamento de Engenharia Industrial do Centro Técnico Científico da PUC-Rio indicou que o número de pessoas pretas e pardas que morreram em decorrência da Covid-19 foi de 55%, enquanto entre os brancos esse número ficou em 38%. No Pará, esse recorte se confirma.

Segundo informações cedidas pela Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) foram registrados, até o momento, 572.520 casos de Covid-19, sendo que deste total 305.838 foram de pessoas do sexo feminino. Deste contingente, pelo menos 62% foram de mulheres pretas ou pardas. A Sespa informa ainda que foram registrados 16.058 mortes, sendo amarela (55), Branca (803), Índigena (27), Parda (4.088), Preta (181) e não informaram (1.418).

Foi o caso da jornalista e estilista Uliana Mota, que morreu em maio de 2020 vítima da Covid-19. Durante o seu tratamento no hospital e para os trâmites do enterro foi preciso que amigos fizessem uma vaquinha virtual para arcar com custos e dívidas que sobraram da doença. Uliana deixou uma filha de 13 anos, da qual era mãe solo, e uma mãe idosa a qual ajudava na dinâmica financeira da casa. Segundo o IBGE, 64% das mulheres pretas e pardas criam filhos com ausência do cônjuge, enquanto o percentual de mulheres brancas nesta mesma situação é de 56%.

Na ocupação do trabalho informal, as mulheres negras representam 46,9% desse universo. O serviço doméstico é ainda um cargo de mulher. No Brasil, apenas 1,1% dos homens deixou de trabalhar para cuidar do filho, casa ou algum ente que precise de cuidados. Mas 20,7% das mulheres já enfrentaram essa realidade. E as mulheres pretas representam o dobro das mulheres brancas exercendo essa atividade. A primeira vítima fatal de Covid-19 no Brasil foi uma mulher preta e empregada doméstica. Cleonice Gonçalves, 63, foi contaminada após o retorno da patroa da Itália.

Negras mães, chefes de família, trabalhadoras braçais e vítimas também do genocídio da juventude preta. São incontáveis chacinas nas periferias da capital paraense. A família de Keyvison de Freitas Lima precisou enterrá-lo com apenas 11 anos, em julho deste ano. O menino foi vítima de bala perdida, no bairro do Barreiro, enquanto brincava na frente da casa da avó. O garoto estava de férias e visitava pela primeira vez a matriarca.

As necessidades de reverter essa situação movem as Marchas das Mulheres, sempre tidas como fundamentais para o movimento. "Hoje, não é um dia qualquer. É um dia histórico. Belém é a capital que realiza a Marcha das Mulheres Negras Amazônidas. Belém é mulher e Belém é preta. Belém é uma mulher que luta, é mulher ancestral. Belém é uma mulher que caminha no Círio de Nazaré. Belém é uma mulher que marcha ao lado das mulheres de axé. Liberdade a todas nós". Foi com essas palavras e mais um banho feito pelas mãos pretas de Jucy D'Oyá, mãe de santo e sacerdotisa, que foi iniciada a 6ª edição do evento.

A jornalista Flávia Ribeiro, ou @afrontosaribeiro, como muita gente a conhece nas redes sociais, também caminhou de mãos dadas com a filha, que ora dava as mãos para a avó, a família presente na Marcha. "Eu quero que a minha filha tenha, e ela já tem, essa identidade negra. Não só da gente saber das dores de ser negra, mas que ela saiba das potências de ser negra. A força, a gente já sabe que a gente é forte, né? A importância de ver outras mulheres bonitas, articuladas, mulheres que estão falando, mulheres que não puderam estar aqui, porque a gente fala também dessas mulheres. Olhar para essa marcha e saber que a gente é realizadora", afirma.

É esse sentimento de orgulho em ser uma mulher negra que Maria das Graças ensina com seus 68 anos. Sentada enquanto outra mulher preta trança seus grisalhos cabelos, Maria afirma que já marchou muito em sua vida, como cozinheira ou costureira. E diz se orgulhar de usar os penteados afros desde criança. Quando questionada por que escolhia esse tipo de penteado como adorno, responde sem hesitar: "Por que eu durmo e acordo linda. A mulher negra tem que se orgulhar de quem é". O único momento em que o semblante de Maria muda é quando ela fala do racismo. Seu tom de voz aumenta e ela diz: "Isso é uma coisa que tem que acabar. O racismo, essa cretinice. Isso tem que acabar".

Roberta Brandão –
Graduada em Jornalismo, Publicidade e Propaganda, em www.amazoniareal.com.br.

Foto: divulgação/ Carlos Rosillo

GOLPE CONTRA DILMA

VIRADA DECISIVA NA HISTÓRIA BRASILEIRA

Emir Sader

Na guerra híbrida, a nova forma dos golpes da direita, o golpe contra a Dilma foi decisivo. Foi a forma de ruptura institucional da democracia, corroendo a democracia por dentro.

Da mesma forma que o golpe de 1964 foi gestado muito antes, com a fundação da Escola Superior de Guerra, no final dos anos 1940, o golpe contra Dilma tem seu antecedente mais importante alguns anos antes, com as mobilizações de 2013.

Elas foram apropriadas pela direita, com sua mídia tendo um papel essencial para reverter as reivindicações iniciais, para impor a luta contra a política e contra a corrupção.

Essa desqualificação da política foi retomada nas mobilizações de 2015, na preparação do golpe de 2016. Contra a política era contra o PT, contra os governos do PT.

Ali, na ruptura da democracia, com um impeachment sem nenhuma razão legal e constitucional, tiveram início as tragédias que o Brasil vive hoje. Rota a democracia, já não era a vontade da maioria, mas a manipulação minoritária das elites, que passaram a prevalecer.

O governo Temer, ao contrário dos governos Lula e Dilma, não foi produto da votação majoritária dos brasileiros, mas de um golpe, que tirou uma presidenta reeleita pela maioria dos votos da população, para colocar no seu lugar um vice, reeleito com um programa e que colocou em prática o programa derrotado da oposição.

Se faltasse algo para caracterizar que foi um golpe contra a democracia, está aí essa virada para retomar o neoliberalismo, derrotado quatro vezes em eleições democráticas.

Emir Sader -
Sociólogo. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.

Foto: divulgação/Adriana Hubert

PALAVRAS YANOMAMI SOBRE O TEMPO ANTES DOS BRANCOS

No começo, quando Omama criou os Yanomami, eles não ficavam muito doentes. Todos tinham boa saúde.

As pessoas só morriam cegas, as pessoas morriam secas. Só as crianças desmamadas antes do tempo morriam.

Os espíritos maléficos da floresta comiam algumas pessoas. Os feiticeiros inimigos matavam algumas outras.

Os nossos antepassados faziam guerra com flechas, mas não se acabavam. As pessoas ficavam felizes de não morrer muito.

Nesse tempo existiam muitos xamãs. Embora as pessoas ficassem doentes, os xamãs as protegiam e elas ficavam boas. Depois que os xamãs faziam sua cura, por sua vez as mulheres davam banho nas pessoas com plantas medicinais.

OS ANTEPASSADOS QUE MORRERAM DAS EPIDEMIAS DOS BRANCOS

Os nossos antepassados moram em Xiomaa. A sua maloca ficava no meio curso do rio Xopat'au.

Neste lugar chegou um estrangeiro que os contaminou com uma epidemia. Ele havia pedido esta epidemia para os brancos e então veio com ela até (nossos antepassados). Esse estrangeiro transmitiu o sarampo (para eles), depois de ter pedido (em vão) uma mullher.

Depois que a pele dele descamou, depois que eles pararam de urinar, todos morreram. A maloca ficou totalmente vazia, não sobrou ninguém. A floresta envelheceu sozinha. Os ossos das pessoas se perderam (sem ritual funerário).

A partir daí a gente passou a morrer sem controle.

Depois que os xamãs identificaram a doença, as pessoas passaram a entender (as epidemias).

ESSE MAL COM O QUAL NOSSOS ANTEPASSADOS FORAM CONTAMINADOS AINDA EXISTE. NÓS CONTINUAMOS A MORRER DAS EPIDEMIAS DOS BRANCOS ATÉ HOJE

Foi em Mrakpii que os nossos antepassados voltaram pela primeira vez com tosse.

Eles eram desprovidos de bens, por isso iam visitar os Watataispé para conseguir ferramentas metálicas e, assim, levaram a doença (para suas malocas).

Adquiriram roupas e, com elas, a tosse.

O pensamento dos nossos antepassados ficou perdido com (esta) doença epidêmica.

Fonte: *Palavras escritas para nos curar* – 2ª edição - Escola dos Watokiri theri pe – MEC/SEF/CCPY – 1998.

Foto: divulgação

O VENENO DO DENDÊ

Felício Pontes Jr.

O Brasil é o campeão mundial no uso de agrotóxicos. Essa notícia não é boa para nenhum país, mas pode ser pior. Estamos usando produtos que já foram banidos na Europa.

A consequência desse fato não é apenas o dano à saúde das comunidades vizinhas da área onde se usa o produto. Todos estamos sendo contaminados quando fazemos uso ou comemos alimentos com alta incidência de agrotóxicos.

No intuito de ser mais uma forma de "desenvolver" a Amazônia, o governo federal, em 2004, criou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, mas foi a partir de 2010 que a produção deslanchou. Seu objetivo era utilizar áreas degradadas para cultivar dendê. Dos 31,8 milhões de hectares disponíveis para esse plantio, quase 30 milhões de hectares estão na Amazônia Legal.

Parte dessa área está nas mãos de agricultores familiares. Assim, a ideia foi financiar não apenas as grandes empresas que se dispusessem à empreitada, mas também os pequenos agricultores. E centenas foram seduzidos, principalmente no Pará.

O problema maior é o uso de agrotóxico nessa cultura. O Organização Não Governamental (ONG) Repórter Brasil vem assumindo um jornalismo investigativo sobre o dendê na Amazônia. Suas constatações são estarrecedoras. Ela descobriu que em 166 mil hectares são utilizados cerca de 332 mil litros de herbicida todo ano.

Como estamos falando da Amazônia, onde há alta ocorrência de cursos d´água e de chuva, há risco tanto para as comunidades quanto para a biodiversidade animal e vegetal expostas à contaminação.

AGROTÓXICO NA CULTURA

E a contaminação foi inevitável. A Repórter Brasil detectou que, no Baixo Tocantins, no Pará, o agricultor Antônio Ribeiro possui um pequeno lote na comunidade Castanhalzinho, bem ao lado de um grande plantio de dendê.

Ele narra que "nos dias de aplicação do veneno no dendê a família tem sofrido com fortes dores de cabeça. Ontem mesmo passei 24 horas no hospital por conta da dor", diz o agricultor.

Segundo ele, não é possível manter nenhuma criação de aves, como galinhas e patos. "Eu até tentei, mas aí elas ficam doentes, começam a melar o bico, e morrem. Não sei dizer se é por causa do veneno, mas acredito que sim", conta Antônio.

O principal problema da família, no entanto, é que a única fonte de água para o consumo, um poço artesiano, está localizada a menos de 50 metros do dendezal.

No fim de 2014, uma das maiores instituições de pesquisa da Amazônia entrou na briga. O Instituto Evandro Chagas divulgou estudo que avaliou as águas superficiais e sedimentos em uma área de 840 quilômetros quadrados, no Baixo Tocantins, e detectou a contaminação por agrotóxico utilizado na cultura do dendê em 14 dos 18 pontos coletados.

Próxima dessa área, localiza-se a Terra Indígena Turê-Mariquita. O cacique Raimundo Tembé informa o que anda ocorrendo naquela região: "As caças diminuíram com os venenos que são jogados, contaminando os igarapés. Encontraram um tatu morto, o que não é normal de se ver...".

É necessário, urgentemente, rever o programa de biocombustível e uso de agrotóxico. Qualquer monocultura na Amazônia agride a vocação natural da região, que detém a maior biodiversidade do planeta.

Felício Pontes Jr. – Procurador da República. Escritor, em *Povos da Floresta – Cultura, Resistência e Esperança*. Paulinas, 2017.

Foto: divulgação

EDUCAÇÃO

PAULO FREIRE 100 ANOS

"A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca.

E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria."

Paulo Freire
(1921 – 1997)

Fotos: Daisy Queiroz

PÃO CASEIRO DA ROÇA

Lúcia Resende

Lá do Triângulo Mineiro, da "beira" do Rio Grande, vem esta receita de pão caseiro da prima Daisy Queiroz, neta da nossa tia Baíla (Debraíla Vilas Boas), que já se foi e era a melhor cozinheira de todos os tempos e de todos os lugares.

Daisy assa o pão no forno a lenha, o que produz um sabor especial, claro, mas a gente faz por aqui e fica também muito bom!

INGREDIENTES

500 ml de água morna
200 ml de óleo
2 colheres de fermento para pão
1 ovo
2 colheres de sopa de açúcar
1 colher de sopa de sal
1 kg de farinha de trigo

MODO DE FAZER

Reserve a farinha e bata os demais ingredientes no liquidificador. Despeje a mistura numa bacia e vá juntando a farinha aos poucos e sovando a massa até ficar homogênea. Não acrescente mais farinha, a massa fica bem macia. Deixe crescer até dobrar de tamanho. Em seguida, modele os pães, deixe crescer novamente e asse. Daí, é só saborear!

Lúcia Resende
Professora
@mluciares

FETEC-CT/CN IRMANA-SE ÀS NAÇÕES INDÍGENAS NA LUTA PELA POSSE DE SEUS LEGÍTIMOS TERRITÓRIOS

Cleiton dos Santos

Foto: Ana Paula Sabino

A Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN), em cuja base territorial concentra-se mais de 90% das terras indígenas do país, irmana-se aos povos originários na luta por seus direitos ancestrais aos territórios que habitam em todo o Brasil. E considera um verdadeiro retrocesso civilizacional a tese do "marco temporal" defendida pelo governo Bolsonaro, por grileiros, desmatadores, garimpeiros, o agronegócio predatório e outros grupos econômicos interessados na exploração e na apropriação das terras indígenas.

A decisão está nas mãos do STF. Para defender as Terras Indígenas (Tis), mais de 5 mil mulheres ocuparam Brasília na primeira semana de setembro, participando da II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas.

A tese do "marco temporal" reconhece apenas o direito às terras ocupadas pelos indígenas até a data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. Além de ser uma violação do texto da Carta Magna, os séculos de luta das nações originárias contra o genocídio e a ocupação ilegal de seus territórios.

A demarcação de terras indígenas é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que estabelece aos indígenas o chamado "direito originário" sobre as suas terras ancestrais. Isso quer dizer que eles são considerados por lei os primeiros e naturais donos desse território, sendo obrigação da União demarcar todas as terras ocupadas originariamente por esses povos.

Os defensores do "marco temporal" alegam que as reservas representam "muita terra para pouco índio". O que é uma mentira. Os indígenas ocupam apenas 13,8% das terras brasileiras. As áreas privadas somam 41% do Brasil, segundo o IBGE.

Segundo o projeto MapBiomas e o Atlas Digital das Pastagens Brasileiras, cerca 22% do território nacional é ocupado com pasto, sendo que a metade tem algum grau de degradação ou uso pouco produtivo. E 8% do território é coberto por agricultura. Significa que parte das terras pode ser priorizada para recuperação, reduzindo ainda mais a demanda por novas ocupações.

Portanto, não é preciso desmatar nem invadir terras indígenas para a ampliação da agricultura.

Além disso, a manutenção das Tis em poder dos povos originários é essencial para a preservação do meio ambiente, pois funcionam como verdadeiros escudos contra o desmatamento e são reservatórios naturais de CO2. Noventa e oito por cento delas estão preservadas e, na Amazônia, armazenam mais de 30% do total de CO2 no país, essencial para o equilíbrio climático. Elas também são garantia de chuvas e mananciais de água, pois respiram 5,2 bilhões de toneladas de água por dia.

Barrar a ofensiva do governo Bolsonaro, do agronegócio predador, dos desmatadores, dos mineradores ilegais, grileiros e garimpeiros sobre os territórios indígenas não é apenas fazer justiça aos povos originários e cumprir a Constituição. É também preservar nossos biomas contra as catástrofes ambientais que ameaçam o futuro do planeta.

FETEC CUT Centro Norte

Cleiton dos Santos – Presidente da Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN)

TROMBAS: A GUERRILHA DE ZÉ PORFÍRIO

Janaína Amado

Em meados de 1950 explodiu no meio-norte do estado de Goiás, na vasta região que hoje corresponde aos municípios de Formoso, Santa Tereza, Porangatu, Estrela do Norte, Mara Rosa e Uruaçu, um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil contemporâneo, chamado "revolta do Formoso" ou "revolta de Trombas".

Esta área, ocupada desde o século XVIII em decorrência da mineração, mas logo depois abandonada devido à decadência do ouro, permaneceu isolada durante cerca de 300 anos. Renasceu apenas em meados do século XX, quando começou a se configurar como fronteira agrícola, como ponta de lança da ocupação do território nacional rumo ao Norte.

Alcançada no final de 1940 por uma estrada de rodagem, desde essa época a área passou a comercializar sua crescente produção, a ter um desenvolvimento urbano mais acentuado e a conhecer uma inédita valorização de suas terras.

Na década seguinte, nos anos 50, todas essas transformações ampliaram-se e aprofundaram-se, com a construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília, a qual cortou a região, integrando-a definitivamente aos circuitos econômicos nacionais.

Interessados nos lucros que poderiam obter com a valorização fundiária do meio-norte goiano, vários comerciantes e proprietários rurais, secundados por advogados e juízes, promoveram a grilagem da imensa quantidade de terras devolutas existentes na região, dessa forma apropriando-se de terrenos que legalmente pertenciam ao estado de Goiás.

O MOVIMENTO DE ZÉ PORFÍRIO

O conflito social explodiu quando os milhares de posseiros que habitavam as terras devolutas, e que para lá haviam migrado exatamente na esperança de vir a se tornar pequenos proprietários, não aceitarem ser expulsos pelos grileiros.

Uniram-se, sob a liderança do camponês José Porfírio de Souza e com o apoio do Partido Comunista, organizaram-se, enfrentaram e venceram vários combates contra as forças particulares dos grileiros e contra a polícia.

O movimento cresceu, tornou-se forte, recebeu o apoio de grande parte da população goiana e da opinião pública nacional, transformou-se em um fato político. Vitoriosos, os posseiros permaneceram nas terras, e alguns, depois da eleição de Mauro Borges para o governo do Estado de Goiás, receberam os títulos definitivos de propriedade.

Nos anos de paz, após os combates, os posseiros souberam aperfeiçoar em Trombas uma organização social *sui generis* na qual toda a comunidade participava das decisões importantes relativas à sua vida, gerindo seu próprio destino segundo normas que lhe pareciam justas.

Após 1964, a área sofreu intervenção, muitos líderes foram perseguidos e presos e vários camponeses se viram obrigados a abandonar a região.

TROMBAS

O movimento social de Trombas tem grande importância na história recente do Brasil por vários motivos.

Envolveu grande número de pessoas – milhares de camponeses lutaram na região –, perdurou por longo tempo, por mais de uma década, demonstrou o potencial de luta dos sem-terra no Brasil, expressou de maneira clara o projeto social dessa grande parcela da população brasileira, composta pelos posseiros, e antecipou a trágica sucessão de conflitos sociais em torno da terra nas áreas de fronteira agrícola, que hoje marca profundamente a história brasileira.

Trombas constituiu-se um alerta para os defensores da manutenção da atual estrutura fundiária e um alento para os que desejam mudar essa mesma estrutura. da esfera pública. Ao dizer Viva o SUS!, se está dizendo Viva a democracia! Viva os cidadãos! Viva a esfera pública.

Janaína Amado – Pesquisadora, excerto do prefácio do livro *Trombas: A Guerrilha de Zé Porfírio*, de Sebastião de Barros Abreu, 1985.

Foto: divulgação

AGRONEGÓCIO: O VILÃO DA CRISE CLIMÁTICA

Gilney Viana

A crise climática é global. Seu principal indicador é a elevação da temperatura média do planeta. E a sua causa é o acréscimo extraordinário das emissões de CO2 e de outros gases do efeito estufa (CO2e) na atmosfera devido à ação humana, desde a revolução industrial, no século XVIII.

Cientistas reunidos no Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática da Organização das Nações Unidas (IPCC, sigla em inglês) atestam que a principal fonte emissora deste acréscimo de CO2e em escala global é a geração de energia baseada em queima de carvão mineral, petróleo e gás natural. Contudo, no Brasil, país de grandes florestas e de baixa industrialização, a principal fonte de emissões de CO2e não é a queima de combustíveis fósseis, mas o desmatamento e as queimadas das coberturas florestais naturais e as atividades da agropecuária que se identificam como agronegócio.

O inventário de emissões de gases do efeito estufa do Brasil segue o padrão e as métricas adotadas pelo IPCC. Nele se contabilizam as emissões a partir de cinco setores da economia, como mostra o quadro abaixo, onde o setor Alterações do Uso do Solo e Floresta ocupa o primeiro lugar, seguido pelo setor da Agropecuária – exatamente os setores que compõem o chamado agronegócio.

EMISSÕES DE CO2e POR SETORES (CO2e (t) GWP - AR 5)

SETOR	1990	2000	2005	2019
Agropecuária	402.917.485	451.584.975	536.150.588	598.672.052
Alterações do Uso do Solo e Floresta	1.180.624.976	1.324.959.845	1.615.699.773	968.055.554
Energia	193.676.854	289.823.760	317.657.315	413.673.633
Processos Industriais	51.467.745	74.133.206	80.493.654	99.074.466
Resíduos	33.559.959	58.212.090	70.076.479	96.155.225
Total Brasil	1.862.247.019	2.198.713.876	2.620.077.809	2.175.630.930

Fonte: SEEG – Observatório do Clima.

Comparando-se os totais emitidos em 2005 (ano de referência do Acordo de Paris, pelo qual o Brasil assumiu metas de redução das suas emissões) e em 2019, vê-se que o único setor que reduziu suas emissões foi o das Alterações do Uso do Solo e Floresta, diminuindo suas emissões em 647.644.219 toneladas de CO2e.

Contudo, os outros quatro setores, inclusive o da Agropecuária, aumentaram suas emissões, resultando em acréscimo do total emitido pelo país, em 2019, da ordem de 444.446.879 toneladas de CO2e.

Somando-se as emissões do Setor Mudança do Uso do Solo e Floresta e o da Agropecuária, que compõem o agronegócio, obtemos o quadro abaixo, que mostra o agronegócio como a principal fonte de emissões de CO2e, embora tenha reduzido sua participação relativa de 82,1%, em 2005, para 72,01% em 2019, graças à redução do desmatamento.

EMISSÕES DE CO2 PELO AGRONEGÓCIO

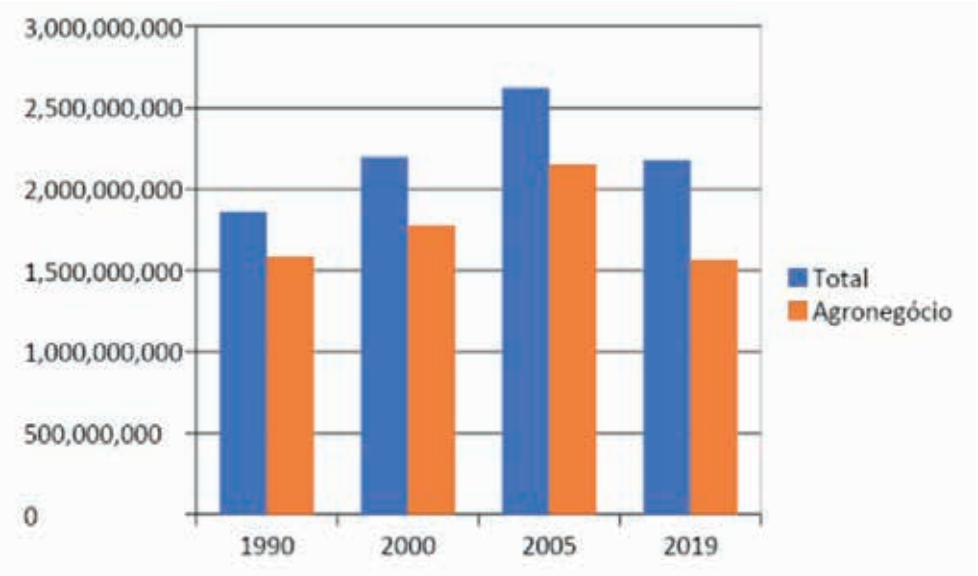


Foto: Felipe Werneck/Ibama

O inventário de 2019 oferece uma vista mais detalhada das emissões de CO2e pelo agronegócio. O setor da Agropecuária é composto por cinco subsetores, dos quais o subsetor mais representativo da pecuária é o da Fermentação Entérica, que nada mais é que o "arroto do gado", que emite CH4 (metano), contribuindo com 61,15% do setor (contabilizado em equivalentes de CO2); seguido pela agricultura, cujo subsetor Solos Manejados contribui com 33,15% do total emitido pelo setor (seguidos por três outros subsetores: Manejo de Dejetos Animais, 3.93%; Cultivo de Arroz, 1.87% e Queima de Resíduos Agrícolas, 0,89%). O setor Mudança do Uso do Solo e Floresta é composto por dois subsetores, o subsetor Alterações do Uso do Solo e Floresta (desmatamento), contribuindo com 93,08%; e o subsetor de manejo dos Resíduos Florestais, com 6,92% do total emitido pelo setor em 2019.

A série histórica dos inventários de emissões de CO2e sintetiza a história do país. Os bens comuns representados pela biodiversidade e ecossistemas naturais foram cercados e apropriados pelo capital. Na lógica extrativista do agronegócio, primeiro se retira a madeira transmutada em mercadoria de baixo custo, depois se destrói todo o ecossistema com o desmatamento, para convertê-lo em meios de produção da pecuária e da agricultura industrial. Assim, bens comuns viram ativos do agronegócio.

Os ecossistemas naturais remanescentes, não passíveis de conversão total porque protegidos por lei, são alvos da exploração dos seus serviços ambientais, transformados em títulos do mercado financeiro (título de carbono, título de refúgio da biodiversidade e outros). De bens comuns, passam a ativos fictícios, do capital financeiro. As contradições impostas pela lógica da reprodução do agronegócio são evidentes tanto do ponto de vista ecológico quanto econômico. Quanto mais expande a conversão total da cobertura vegetal em pastagens e campos de monocultura, mais reduz os serviços ambientais dos ecossistemas naturais. Ao romper a integridade da Floresta Amazônica, esta passa a emitir mais CO2 do que absorver e altera o ciclo das chuvas, em prejuízo da agricultura industrial extensiva do Planalto Central. É o que diz a ciência.

A curva histórica das emissões de CO2e acompanha a curva histórica do desmatamento da Amazônia e do Cerrado. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a taxa anual de desmatamento da Amazônia caiu de 19.014 km2 em 2005 para 7.536 km2 em 2018 – em decorrência das políticas de comando e controle e de expansão das unidades de conservação praticadas pelo Estado e das pressões da sociedade civil.

De repente a taxa de desmatamento anual da Amazônia de 7.536 km2 em 2018, atingiu 10.129 km2 em 2019 e 10.851 km2 em 2020, mostrando uma tendência ascendente que obviamente se expressará em taxas anuais mais elevadas de emissão de CO2e. Esta evolução recente da taxa de desmatamento da Amazônia e da taxa de emissões de CO2e está diretamente relacionada à política de desregulação ambiental do governo gerado pelas eleições viciadas de 2018, hegemonizado pelo agronegócio.

Não obstante as críticas, no Brasil e no Exterior, o agronegócio busca expandir a fronteira agrícola através de três iniciativas insustentáveis social e ambientalmente: a redução das áreas das Terras Indígenas e das Unidades de Conservação; a abertura destas Áreas Protegidas à agricultura industrial; e a regularização das terras ilegalmente apossadas ("grilagem").

Esta estratégia de reprodução do agronegócio brasileiro baseada no incremento das emissões de CO2e contraria as tendências dominantes do capital internacional, visando a uma economia de baixo carbono e até mesmo de zerar o balanço de carbono até meados do século. Isso levará o Brasil a não cumprir as metas de redução das suas emissões de CO2e em 37% até 2025, em relação ao ano base de 2005, assumidas no Acordo de Paris, de 2015. E o principal responsável desta política suicida é o agronegócio, o vilão do clima.

Gilney Viana – Ambientalista. Professor Universitário. Escritor.

Foto: divulgação/ Luiza Castro

7 DE SETEMBRO: O BRASIL GRITA POR FORA BOLSONARO

Iêda Leal

No dia 7 de setembro, feriado nacional da Independência, brasileiros e brasileiras de todos os cantos do país voltaram às ruas para bradar por direitos e por Fora Bolsonaro.

Já são quase quatro anos de um governo negacionista no poder. Neste meio tempo, perdemos muito: mais de meio milhão de vidas, para um vírus que poderia ser mais bem controlado; a continuação da destruição do serviço público; do meio ambiente; a volta da miséria e a tentativa de anulação da nossa democracia tão jovem e tão vulnerável.

Bolsonaro ameaça tudo o que faz parte da nossa trajetória, inclusive a representatividade do 7 de setembro no Grito dos Excluídos. Iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Grito dos Excluídos é um evento encampado pelos movimentos sociais há 27 anos, que chama a atenção da sociedade para as desigualdades e injustiças sociais que corroem o país.

Mesmo com toda a pressão golpista de Bolsonaro, neste 7 de setembro o Grito dos Excluídos se manteve como expressão de luta da maioria da população brasileira. Houve Grito dos Excluídos em 220 cidades do Brasil.

Sim, o povo brasileiro rejeita Bolsonaro. Pesquisas do Datafolha no mês de junho mostra que 75% do nosso povo defende a democracia. E mais, todas as pesquisas recentes apontam para uma derrota deste ensandecido nas eleições de 2022.

Queremos e teremos nosso país de volta. Pela democracia, fomos às ruas em meio à turbulência bolsonarista de 2021. Pela democracia, voltaremos às ruas quantas vezes se fizerem necessárias.

Vidas Negras Importam!
Racismo é Crime!
SUS é Vida!

Iêda Leal – Tesoureira do SINTEGO / Secretária de Combate ao Racismo da CNTE / Coordenadora Nacional do MNU / Coordenadora do Centro de Referência Negra Lélia Gonzalez / Secretária de Comunicação da CUT-Goiás

MARCO TEMPORAL, NÃO: O VOTO "FACHIN"

Juliana de Paula Batista

Foto: divulgação

O Ministro Luiz Edson Fachin emitiu, na tarde do dia 9 de setembro, seu voto histórico contrário ao Marco Temporal no plenário do Supremo Tribunal Federal, em Brasília.

Nele, Fachin reconhece que os direitos dos povos indígenas são fundamentais: "enquanto direitos fundamentais, estão imunes às decisões das maiorias legislativas eventuais com potencial de coartar o exercício desses direitos, uma vez consistem em compromissos firmados pelo constituinte originário".

A tese lançada pelo ministro, e já defendida em voto pelo ministro Luís Roberto Barroso, é uma pá de cal em propostas como o Projeto de Lei (PL) 490, que está em pauta na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. O PL pretende inviabilizar as demarcações.

No voto, Fachin também não acolheu a tese do "marco temporal" de ocupação. Segundo essa teoria, somente indígenas que estivessem nas terras em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, teriam direito à demarcação de suas terras.

"Entender-se que a Constituição solidificou a questão ao eleger um marco temporal objetivo para a atribuição do direito fundamental a grupo étnico significa fechar-lhes uma vez mais a porta para o exercício completo e digno de todos os direitos inerentes à cidadania", disse o ministro.

Sobre o "marco temporal" e os indígenas que vivem em isolamento voluntário, Fachin questionou: "estando completamente alijadas do modo de vida ocidental, de que modo farão prova essas comunidades de estarem nas áreas que ocupam em 05 de outubro de 1988?

O ministro também destacou que o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas independe da comprovação do chamado "renitente esbulho", tese que exigia conflito de fato documentado ou ação possessória judicializada em 5 de outubro de 1988 como únicos meios de comprovar expulsões.

Ao analisar o estatuto jurídico das terras indígenas, o ministro reafirmou a teoria do "indigenato" e a jurisprudência do Supremo, que historicamente reconhece que os direitos dos indígenas sob suas terras independe de demarcação, visto se tratar de direitos "originários".

O último parágrafo da proposta de tese exposta por Fachin trata da compatibilidade entre as terras indígenas e a tutela do meio ambiente, dizendo que não são incompatíveis.

"Autorizar, à revelia da Constituição, a perda da posse das terras tradicionais por comunidade indígena, significa o progressivo etnocídio de sua cultura, pela dispersão dos índios integrantes daquele grupo, além de lançar essas pessoas em situação de miserabilidade e aculturação, negando-lhes o direito à identidade e à diferença em relação ao modo de vida da sociedade envolvente, expressão maior do pluralismo político assentado pelo artigo 1º do texto constitucional. Não há segurança jurídica maior que cumprir a Constituição", finaliza Fachin.

PRINCIPAIS DESTAQUES DO VOTO

CLÁUSULA PÉTREA: "Em primeiro lugar, incide sobre o disposto no artigo 231 do texto constitucional a previsão do artigo 60, §4º da Carta Magna, consistindo, pois, cláusula pétrea à atuação do constituinte reformador, que resta impedido de promover modificações tendentes a abolir ou dificultar o exercício dos direitos individuais e coletivos emanados do comando constitucional."

DIREITOS FUNDAMENTAIS: "Em segundo lugar, os direitos emanados do artigo 231 da CF/88, enquanto direitos fundamentais, estão imunes às decisões das maiorias legislativas eventuais com potencial de coartar o exercício desses direitos, uma vez consistirem em compromissos firmados pelo constituinte originário, além de terem sido assumidos pelo Estado Brasileiro perante diversas instâncias internacionais (como, por exemplo, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e a Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas). Portanto, consistem em obrigações exigíveis perante a Administração Pública, consistindo em dever estrutural a ser desempenhado pelo Estado, e não meramente conjuntural. Em terceiro lugar, por se tratar de direito fundamental, aplica-se aos direitos indígenas a vedação ao retrocesso e a proibição da proteção deficiente de seus direitos, uma vez que atrelados à

própria condição de existência e sobrevivência das comunidades e de seu modo de viver."

DIREITOS INDEPENDEM DE DEMARCAÇÃO: "(...) a posse permanente das terras de ocupação tradicional indígena independe da conclusão ou mesmo da realização da demarcação administrativa dessas terras, é direito originário das comunidades indígenas, sendo apenas reconhecimento, mas não constituído pelo ordenamento jurídico. A natureza jurídica do procedimento demarcatório é meramente declaratória, consiste na exteriorização da propriedade da União, vinculada e afetada à específica função de servir de habitat para a etnia que a ocupe tradicionalmente. É atividade do Poder Executivo, desempenhada por diversos órgãos, conforme o procedimento acima demonstrado, mas que não cria terra indígena, apenas reconhece aquelas que já são, por direito originário, de posse daquela comunidade. A homologação final do procedimento, realizada pelo Presidente da República nos termos do artigo 5º do Decreto nº 1.775/1996, presta-se a atestar o devido cumprimento ao disposto no artigo 231 e à legislação de regência. Por se tratar de procedimento administrativo que reconhece o exercício de um direito fundamental, não é possível que razões de conveniência e oportunidade sejam alegados para deixar de se reconhecer a tradicionalidade da ocupação indígena."

MARCO TEMPORAL: "Analisada a trajetória constitucional da tutela da posse indígena, compreendo que a Constituição vigente não representa um marco para a aquisição de direitos possessórios por parte das comunidades indígenas, e sim um *continuum*, uma sequência da proteção já assegurada pelas Cartas Constitucionais desde 1934, e que agora, num contexto de Estado Democrático de Direito, ganham os índios novas garantias e condições de efetividade para o exercício de seus direitos territoriais, mas que não tiveram início apenas em 05 de outubro de 1988."

INDÍGENAS ISOLADOS: "Ademais, a chamada teoria do marco temporal ignora, em sua formulação, a situação dos índios isolados, ou seja, comunidades indígenas de pouco ou nenhum contato com a sociedade envolvente, ou mesmo com outras comunidades indígenas. A compreensão de uma sociedade plural e de respeito à diversidade, como aquela que a Constituição de 1988 busca constituir, exige que se respeite o direito à autodeterminação desses povos, mantendo-os fora do contato constante com outras pessoas, em respeito a seu modo de vida e evitando sua dizimação, como ocorreu notoriamente em nosso País com outras comunidades contatadas ao longo da história".

TERRAS INDÍGENAS E GOVERNOS ESTADUAIS: "Logo, se se aplica a teoria do marco temporal, e não se verifica a presença indígena na data de 05 de outubro de 1988 na área considerada, não é suficiente apontar que a terra não seria indígena. É preciso questionar-se, então, de quem seria a titularidade da área que deveria ter revertido ao patrimônio público federal, uma vez ser impossível usucapião de terra pública. Como acima se apontou, terra indígena não é terra devoluta; assim, as terras não podem ter ingressado no patrimônio estadual e, portanto, não podem ter sido legitimamente transferidas ao patrimônio privado".

"RENITENTE ESBULHO": "É preciso que esse abandono se revista de um caráter eminentemente voluntário por parte da comunidade, sem a configuração de qualquer forma de esbulho das terras por parte de terceiros, e sem a exigência de um conflito físico ou de uma demanda possessória ajuizada e em trâmite à data de 05 de outubro de 1988. As formas de resistência indígena à ocupação ilícita de suas terras deve ser perquirida de acordo com a concepção que cada etnia possui sobre as formas de resistir às invasões. Pelas razões acima elencadas, concluo que a proteção constitucionalaos "direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam" independe da existência de um marco temporal em 05 de outubro de 1988 e da configuração do renitente esbulho como conflito físico ou controvérsia judicial persistente à data da promulgação da Constituição".

USUFRUTO EXCLUSIVO: "Dessa feita, asseguram-se aos indígenas o uso e fruição das riquezas do solo, rios e lagos existentes na terra indígena, de forma exclusiva. Isso significa a impossibilidade de concessão de qualquer forma de direito real ou pessoal sobre essas riquezas a terceiros externos à comunidade indígena em favor da qual se configure a ocupação tradicional, ou mesmo a realização de atos negociais com os índios que lhes retire da condição de usufrutuários exclusivos da terra."

PARÁGRAFOS DO ARTIGO 231: "Mesma *ratio* informa o disposto nos §§ 3º, 5º e 7º do dispositivo constitucional, com a garantia de oitiva prévia das comunidades afetadas, em caso de aproveitamento de recursos hídricos e pesquisa e lavra de riquezas minerais, desde que haja aprovação específica do Congresso Nacional e participação na lavra, na forma da lei; vedação de remoção das comunidades indígenas de suas áreas, em razão da posse permanente e exclusiva, fora das hipóteses constitucionais, assegurado o retorno tão logo passada a causa da retirada provisória; e a vedação à garimpagem em terras indígenas. Tudo a corroborar a posse permanente com usufruto exclusivo das riquezas naturais pelos índios. São garantias que colocam as terras indígenas como *res extra commercium,* sobre as quais nenhuma negociação privatística é possível, em respeito à natureza pública e afetada à manutenção do bem-estar indígena a caracterizar essas áreas".

TÍTULOS NULOS E EXTINTOS: "Dessa forma, compreende-se que a cadeia dominial de determinada área, por si só considerada, não tem o condão de impedir procedimento demarcatório, diante da existência de direito originário à posse das terras tradicionalmente ocupadas, da proteção constitucional e normativa desse direito, desde antes do período republicano, bem como da consideração de que o texto constitucional reconhece a posse, mas não a constitui, donde não ser possível a existência de posse ou propriedade privada em terras indígenas. Outro aspecto referente ao dispositivo em comento, e que decorre da nulidade dos títulos dominiais, é

Foto: Ana Paula Sabino

a impossibilidade de se pleitear indenização ou ação em face da União em razão da nulidade ou da extinção do título proprietário ou possessório, salvo quando às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé."

TERRAS INDÍGENAS E MEIO AMBIENTE: "Logo, não há incompatibilidade entre os artigos 231 e 225 do texto constitucional, pois os índios detém todo o interesse na proteção dessas áreas. A manutenção das florestas, da biodiversidade, de rios e lagos despoluídos, asseguram o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais, mantendo a qualidade de vida dessas comunidades. A dupla afetação entre terras indígenas e áreas de proteção ambiental não é inviável, ao revés, como demonstra o diploma normativo acima citado. Nada obstante, em se considerando o direito originário das comunidades indígenas, as políticas de proteção ambiental não podem interferir no exercício das atividades tradicionais dos índios, a uma, porque não se configuram em ações predatórias ao meio ambiente, a duas, porque os usos, costumes e tradições indígenas consistem no núcleo do reconhecimento da tradicionalidade da ocupação tutelada pelo artigo 231 do texto constitucional."

REPERCUSSÃO GERAL: "Nada obstante, o juiz que analisa essa espécie de litígio, ainda que se trate de processo com rito abreviado, deverá, primeiramente, considerar os elementos caracterizadores da posse indígena, como colocado no presente voto:

- a demarcação consiste em procedimento declaratório do direito originário territorial à posse das terras ocupadas tradicionalmente por comunidade indígena;

- a posse tradicional indígena é distinta da posse civil, consistindo na ocupação das terras habitadas em caráter permanente pelos índios, das utilizadas para suas atividades produtivas, das imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e das necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos costumes e tradições, nos termos do §1º do artigo 231 do texto constitucional;

- a data da promulgação da Constituição de 1988 não constitui marco temporal para a aferição dos direitos possessórios indígenas, sob pena de desconsideração desses direitos enquanto direitos fundamentais, bem como de todo o arcabouço normativo-constitucional da tutela da posse indígena ao longo do tempo;

- não se exige para a demonstração de renitente esbulho a instauração de demanda possessória judicializada à data da Constituição de 1988, ou mesmo de conflito fático persistente em 05 de outubro de 1988;

- o laudo antropológico realizado nos termos do Decreto nº 1.776/1996 é elemento fundamental para a demonstração da tradicionalidade da ocupação de comunidade indígena determinada, de acordo com seus usos, costumes e tradições; o redimensionamento de terra indígena não é vedado em caso de descumprimento dos elementos contidos no artigo 231 da Constituição da República, por meio de procedimento demarcatório nos termos nas normas de regência. O adequado cumprimento da Constituição é regra primordial para a manutenção de um Estado Democrático de Direitos, no qual se assegure a todos, sem distinção, os direitos que o Texto Magno confere, individuais e coletivos (...) Não há segurança jurídica maior que cumprir a Constituição."

Juliana de Paula Batista – Advogada do Instituto Socioambiental – ISA. *Com edições de Zezé Weiss.*

Foto: divulgação

ASSIM SE FEZ E APARECEU O MILHO

José Gil Barbosa Terceiro

Segundo uma narrativa Paresi, índios que falam Língua Paresi do tronco Aruak e habitam a chapada dos Paresis, no estado de Mato Grosso, faz muito tempo, um velho sábio, pressentindo o final de sua vida, chamou seu filho mais novo e pediu-lhe que quando falecesse fosse enterrado no meio da roça.

Disse ainda ao filho que, três dias depois, brotaria sobre sua cova uma planta de folhas longas que iria crescer e em seguida produziria algumas sementes protegidas por uma espécie de túnica.

Pediu ao filho que colhesse essas sementes quando maduras, mas que não as comesse, deveria plantar e toda a aldeia ganharia um presente precioso.

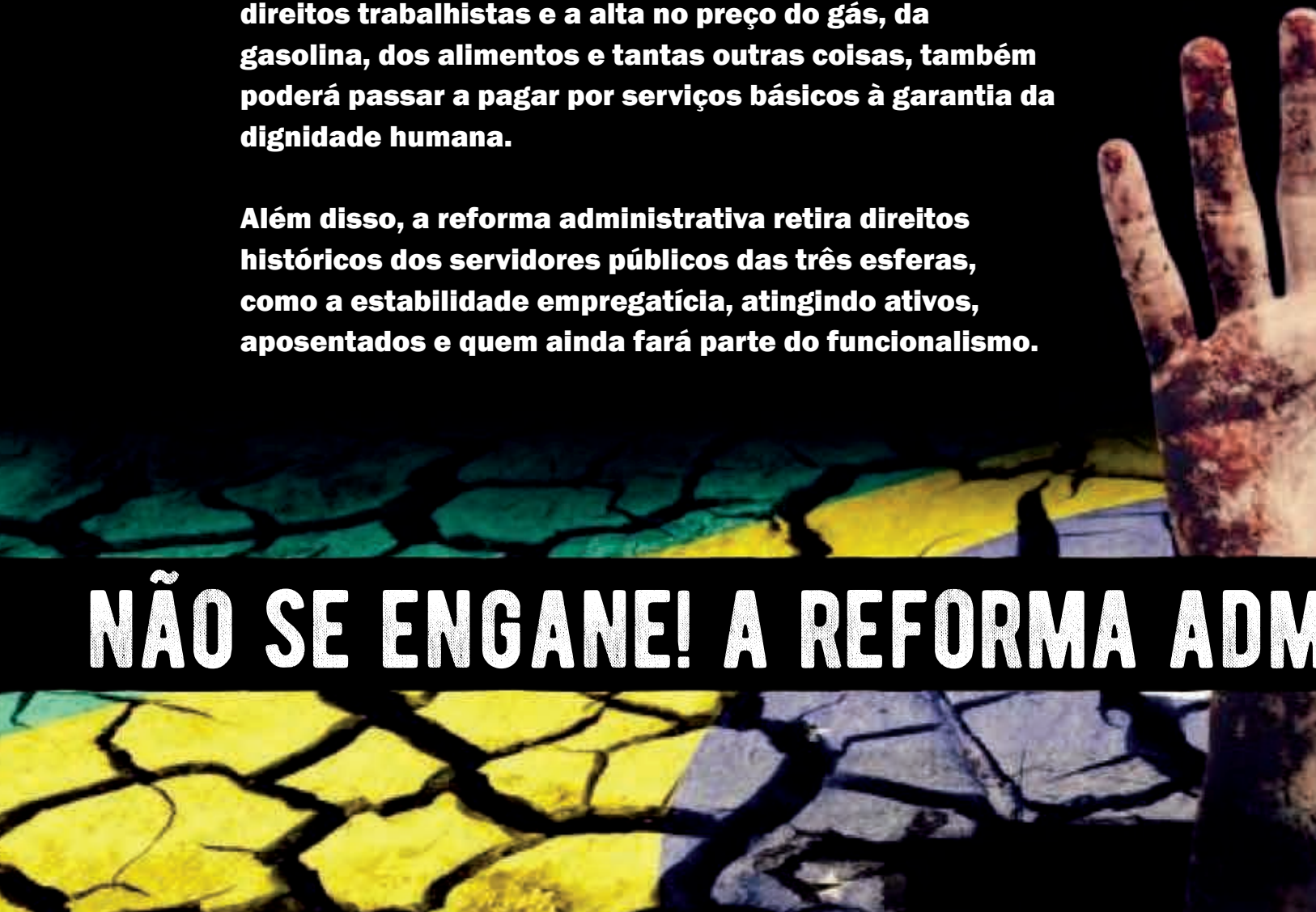
Assim se fez e apareceu o milho.

Fonte: Lenda coletada por Altair Sales Barbosa entre os índios Paresi, no ano de 1972.

JÁ PENSOU SUA CIDADE SEM HOSPITAL PÚBLICO, SEM PRAÇA PÚBLICA, SEM ESCOLA PÚBLICA, SEM SEGURANÇA PÚBLICA? ESSES E OUTROS SERVIÇOS GARANTIDOS AO POVO PODEM ACABAR SE A REFORMA ADMINISTRATIVA FOR APROVADA.

Apresentada na Proposta de Emenda à Constituição 32 (PEC), a reforma administrativa é um projeto do governo Jair Bolsonaro. Ele e sua equipe econômica, encabeçada pelo ministro Paulo Guedes, utilizam de falsos argumentos, como supostos privilégios para servidores e ineficiência do serviço público, para empurrar para a iniciativa privada a prestação de serviços à população. Com isso, o povo, que já padece com a retirada de direitos trabalhistas e a alta no preço do gás, da gasolina, dos alimentos e tantas outras coisas, também poderá passar a pagar por serviços básicos à garantia da dignidade humana.

Além disso, a reforma administrativa retira direitos históricos dos servidores públicos das três esferas, como a estabilidade empregatícia, atingindo ativos, aposentados e quem ainda fará parte do funcionalismo.



NÃO SE ENGANE! A REFORMA ADM

SINPRO DF
SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL
Filiado: CUT CNTE
42 anos
Não se pode falar de educação sem amor!
CUT BRASIL
CNTE

CANCELA A REFORMA já!

INISTRATIVA FAZ MAL AO BRASIL!

JÚLIO LANCELLOTTI: O GANDHI DO BRASIL

Leonardo Boff

Foto: divugação

O padre Júlio Lancellotti acaba de publicar um livro: *Amar à maneira de Deus* (Planeta 2021). Existe imensa literatura sobre o amor e grande parte dela eu mesmo li. Mas, entre todos que conheço, este texto do padre Lancellotti comparece como um dos mais impressionantes e verdadeiros. Não se trata de discorrer sobre o amor. Mas de vivê-lo concretamente e dar testemunho dele. E esse testemunho é convincente.

O grande naturalista francês Jacob Monod legou-nos uma frase que nos deixa perplexos: "Os seres humanos experimentaram tudo, menos o amor". Mas entenderemos esta afirmação surpreendente se lermos o que o padre Lancellotti escreveu, bem na esteira do que o Papa Francisco também afirmou como um sonho na sua encíclica *Fratelli tutti,* "um mundo de uma fraternidade universal e de *um amor social".* O amor social é o centro.

Diz-nos o padre Lancellotti: "Numa sociedade como a nossa, onde está o amor? Existe amor na cidade de São Paulo? Talvez fiquemos em dúvida. Falando de modo individual é claro que há. Mas devemos ver se a estrutura, se a forma de organizar a sociedade manifesta o amor. Alguém de fora, olhando para São Paulo poderia dizer que, nesta cidade, todos se amam? As favelas, o povo abandonado pelas ruas, os presídios, a violência, o desemprego mostram amor em São Paulo?" (p.100).

O amor do qual aqui se trata é o *amor social.* Ele está praticamente ausente no mundo todo, o que a pandemia mostrou claramente na forma absolutamente desigual como foram distribuídas as vacinas, como, por exemplo, a África com apenas 4%. É esse *amor social* que nunca foi experimentado, pelo menos nas sociedades que conhecemos, particularmente as modernas.

O padre Lancellotti nos tira a ilusão do amor como romance. Em suas palavras: "O amor é engajamento transformador; amor é uma palavra provocativa porque é um verbo de ação; é transformar, enfrentar mesmo com vulnerabilidade; não é calar; amar é se manifestar e defender; issso é terrivelmente transformador"(p.91).

Ele define de que lado está: "eu não trabalho com os moradores de rua. Eu *convivo* com eles. E essa convivência tem uma senha: *o olhar"*(p.108). O olhar para eles como a um irmão LGBTI ou irmã, lésbica ou trans; cumprimentá-los, perdi-lhes o nome e tocar a sua pele para que se sintam da mesma humanidade que a nossa.

Explicitamente declara: "Meu lugar de fala tem como base os jovens infratores, as mulheres e os homens presos, a população de rua e a questão geral da fome, da miséria e da violência" (p.77). Fundou a *Casa Vida* para crianças com HIV, mesmo contra o protesto de toda a vizinhança, liderada por uma médica.

O título do livro marca o sentido de seu amor por todos estes desprezados pela sociedade: *Amar à moda de Deus.*

Como é amar à moda de Deus? É aqui que o padre Lancellotti revela aquilo que é a essência da mensagem de Jesus: Deus ama a todos indistintamente. pouco importa sua condição moral,sexual e racial Ama até os ingratos e maus, como assevera São Lucas em seu evangelho (6,35); ama os últimos, os invisíveis, os pecadores, aqueles que sentem longe de Deus e perdidos: a mulher samaritana, a estrangeira, a adúltera.

Todos e todos são os destinatários do amor gratuito de Deus. Por isso Jesus que encarnava esse amor de Deus, de seu Pai (Abba, paizinho querido) comia com os pecadores e andava com pessoas de má companhia. É para assegurar-lhes: não importa o que são, se obedecem ou não às leis, se são piedosos ou não, se são a boa gente ou não: Deus está no meio de nós e busca a nossa intimidade.

Todas as religiões buscam a Deus. A religião hebraico-cristã afirma que Deus busca o ser humano: mesmo o mais distante e fora dos quadros sociais e morais. Essa é a grande novidade trazida por Jesus: *a proximidade amorosa de Deus.* Ele tentou dizê-la e mostrá-la a todo mundo.

O verdadeiro drama consistiu e consiste em que a grande maioria não acolheu ou não acolhe a amorosidade de Deus. Pelo fato de não aceitá-la, Jesus foi perseguido, caluniado e finalmente condenado à morte de cruz. Mas nunca deixou de amar, mesmo na cruz, o ladrão ao lado.

O padre Lancellotti comprendeu esse tipo de amor à moda de Deus e de Jesus, amor único, e o vive com aqueles que nunca recebem amor de ninguém. E sofre o mesmo destino de Jesus: a perseguição, a calúnia e as ameaças sérias de morte. Só pelo fato de amar aqueles que são covardemente espezinhados e excluídos, os empobrecidos, "os irmãos e as irmãs" menores de Jesus (Mt 25,40).

Respeitadas as diferenças de lugar e de situações, podemos dizer que o padre Júlio Lancellotti é o Mahama Gandhi do Brasil. Bem dizia este: "Entrei na política por amor à vida dos fracos; morei com os pobres, recebi párias como hóspedes, lutei para que tivessem direitos políticos iguais aos nossos, desafiei reis, esqueci-me das vezes que estive preso".

Algo parecido pode dizer o padre Lancellotti. Fez e faz tudo porque "ama à maneira de Deus", que é a forma mais humana de amar, pois inclui a todos e "não manda ninguém embora" (Jo 6,37).

Leonardo Boff – Teólogo e Escritor. Escreveu *Jesus Cristo Libertador,* Vozes, muitas edições, 2020.

AS AMAZONAS

Eduardo Galeano

Foto: divulgação

Não tinha jeito ruim a batalha, hoje, dia de São João. Dos bergamins, os homens de Francisco de Orellana estavam esvaziando os inimigos, com rajadas de arcabuz e de balestra, as brancas canoas vindas da costa.

Mas aí a bruxa deu as caras. Aparecem as mulheres guerreiras, tão belas e ferozes que eram um escândalo, e então as canoas cobriram o rio e os navios saíram correndo, rio acima, como porcos-espinhos assustados, eriçados de flechas de proa a popa e até no mastro-mor.

As capitãs lutaram rindo. Se puseram à frente dos homens, fêmeas garbosas, e já não houve medo na aldeia de Conlapayara. Lutaram rindo e dançando e cantando, as tetas vibrantes no ar, até que os espanhóis se perderam para lá da boca do rio Tapajós, exaustos de tanto esforço e assombro.

Tinham ouvido falar destas mulheres, e agora acreditam. Elas vivem ao sul, em territórios sem homens, onde afogam os filhos que nascem varões. Quando o corpo pede, dão guerra às tribos da costa e conseguem prisioneiros. Os devolvem na manhã seguinte. Ao cabo de uma noite de amor, o que chegou rapaz regressa velho.

Orellana e seus soldados continuarão percorrendo o rio mais caudaloso do mundo e sairão ao mar sem piloto, nem bússola, nem carta de navegação. Viajam nos bergamins que eles construíram ou inventaram a golpes de machado, em plena selva, fazendo pregos e bisagras com as ferraduras dos cavalos mortos e soprando o carvão com botinas convertidas em foles.

Deixam-se ir sem rumo pelo rio das Amazonas, costeando a selva, sem energias para o remo, e vão murmurando orações: rogam a Deus que sejam machos, por mais machos que possam ser, os próximos inimigos.

Eduardo Galeano – Escritor revolucionário, em *Memórias do Fogo I – Nascimentos*, Editora Nova Fronteira, 1986.

SOS SERVIÇO PÚBLICO

O MAIOR PREJUDICADO É VOCÊ!

DIGA NÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA

O governo diz que a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) vai trazer modernidade ao setor público. Mas a verdade é uma só: essa proposta que tramita no Congresso Nacional é um retrocesso que pretende retirar da população o acesso gratuito à escola pública, à saúde pública, à assistência social e ainda abrir brechas para a corrupção na contratação de novos servidores.

Ainda dá tempo de impedir essa tragédia. Pressione deputados/as pelo site:

www.napressao.org.br

CNTE® Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação Brasil
www.cnte.org.br
Filiada à CUT BRASIL
Internacional da Educação
CEA
FNPE Fórum Nacional Popular de Educação

XAPURI
CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEM COM A GENTE!

REVISTA IMPRESSA

ANUAL R$ **210**,00 12 EDIÇÕES

BIANUAL R$ **270**,00 24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ! **WWW.XAPURI.INFO/ASSINE**